

# 1625, o Fogo e a Tinta: a batalha de Salvador nos relatos de guerra

## 1625, Fire and Ink: Salvador battle in the war reports

*Carlos Ziller Camenietzki*

*Gianriccardo Grassia Pastore*

Conforme debatido há tempos, e também verificado diretamente em inúmeras experiências coletivas, todo conflito vive sua versão *res gesta* e sua versão *rerum gestarum*.<sup>1</sup> Uma discussão, um debate, um conflito, batalha ou guerra sempre se realiza em dois momentos. O primeiro é aquele em que os contendores agem presentemente uns contra os outros, se enfrentam materialmente com falas, escritos ou armas. O segundo é aquele em que, terminadas as hostilidades, dirimidas, superadas, eliminadas ou sufocadas as diferenças, discute-se sobre o ocorrido. Nem sempre os agentes em liça são os mesmos nestes dois momentos e nem sempre o que está em jogo é da mesma natureza.

Um feito bélico de grande retumbância, por exemplo, costuma dar lugar a feitos literários de sucesso. Assim foi com a perda e a retomada da Bahia em 1624 e 1625.

A cidade de Salvador era parte integrante das estratégias de grandes beligerantes na Guerra dos Trinta Anos – basicamente, para efeitos do que interessa neste trabalho, os Países Baixos e a Espanha – e, como não poderia deixar de ser, sua ocupação e retomada foi acompanhada de numerosas publicações relatando e interpretando o acontecido desde a chegada à Europa das primeiras notícias relativas ao sucesso batavo até quase 1630. Tratava-se, por um lado, não apenas de tomar a cidade, apropriando-se das riquezas locais, mas também de anunciar a proeza e a conseqüente quebra do domínio exclusivo da Monarquia Católica no Atlântico Sul. A expulsão dos

holandeses, por outro lado, também foi ocasião para Castela alardear sua superioridade bélica e mostrar a inutilidade da rebeldia das Províncias Unidas.<sup>2</sup>

O problema que nos ocupa no presente está ligado a esta última parte da guerra, à disputa pelo acontecido que se seguiu logo após a dissipação do fumo dos canhões em 30 de abril de 1625. Essa segunda batalha, o objeto deste trabalho, não envolveu as forças católicas contra os heréticos de Holanda; isso fora resolvido no terreno dos fatos, em Salvador. O conflito de que se trata neste texto opôs combatentes que estavam do mesmo lado do campo quente da guerra e foi travado na península, no coração mesmo dos domínios de Castela: ele opôs portugueses a castelhanos. Suas armas foram relações, crônicas, poemas e o teatro.

O tema já foi matéria de um estudo recente de Fernando Cristóvão que bem soube identificar as linhas mestras desta tensão.<sup>3</sup> Contudo, o trabalho é por demais resumido e concentra o melhor de suas energias nos arquétipos narrativos, sem muita preocupação com o sentido das controvérsias na situação histórica dada. Por outro lado, um trabalho mais antigo de Stuart Schwartz busca fazer uma análise mais abrangente do acontecido, analisando o feito de Salvador como expressão das tensões entre diversos grupos sociais e a coroa.<sup>4</sup>

O assunto ganha importância, uma vez que as forças da Monarquia eram originárias, todas elas, de domínios de Felipe IV; eram tropas de Castela, de Nápoles, de Portugal. Os autores das relações e das crônicas eram todos súditos, ou vassallos, do mesmo monarca, contudo, foi acirrada a disputa pela vitória já obtida, ou seja, a disputa pelo papel de cada qual no grande feito. É certo que, tomada isoladamente, essa questão teria importância limitada; seria uma passagem curiosa acerca das tensões entre aliados numa guerra antiga, porém, diversos daqueles que, nos anos 20 do século XVII, se uniram para expulsar o holandês de Salvador, nos anos 40 irão se levantar contra a Monarquia, acelerando sua decadência na política européia.<sup>5</sup> Talvez, coincidentemente, no momento das rebeliões, apenas o reino mais diretamente comprometido com a retomada da Bahia – Portugal – conseguiu assegurar sua independência, com isso, o problema desta guerra de tintas ganha uma projeção para muito além da curiosidade.

Afinal, haveria já em 1625 um mal-estar significativo entre portugueses com relação ao domínio castelhano? Qual sua extensão real? Qual seu

significado? Seria possível detectá-lo entre relatos e crônicas de uma batalha vencida pela Monarquia Católica, na qual alguns destes mesmos portugueses tomaram parte? A própria apresentação destas questões já envolve problemas relevantes acerca da política lusitana da primeira metade do século XVII. As tentativas de solução, por outro lado, envolvem bem mais que uma constatação direta em fontes documentais.

Em 1625, a Europa vivia as primeiras décadas da Época Barroca e não seria esperável encontrar abundantes manifestações claras e distintas de descontentamento entre religiosos, letrados e fidalgos portugueses com relação a seu Rei.<sup>6</sup> Os alinhamentos políticos evidentemente existiram, as tensões entre grupos em disputa pelo poder certamente foram agudas, mas nem sempre as dissensões se manifestavam abertamente; seus modos de expressão usavam e abusavam da dissimulação, do duplo sentido, das metáforas e das elipses. O apelo a este gênero de recurso foi abundante na diplomacia e na política do período, encontrando inclusive quem lhe desse expressão literária e filosófica: Torquato Acetto, por exemplo, escrevendo em Nápoles sob o domínio espanhol, publicou o livro *Della Dissimulazione Onesta*, onde defende a dissimulação contra o poder tirânico como forma de sobrevivência na arena política.<sup>7</sup>

Levando em consideração essa característica, um exame da documentação de época disponível, principalmente o material impresso (relações da batalha, crônicas, teatro), pode revelar um estado de ânimo entre portugueses e castelhanos que o regozijo da vitória costuma abafar ou que o desprezo pelo assunto costuma esconder.

Sem pretender encontrar respostas unívocas às questões postas mais acima, trata-se aqui de identificar manifestações, ainda que dissimuladas, do mal-estar português (ou de alguns portugueses) diante dos castelhanos (mas também destes com relação àqueles) e de buscar alternativas para a sua interpretação.

\*\*\*

Em 1623, no dia de São Tomé, o padre Bartolomeu Guerreiro, jesuíta, proferiu um sermão exaltado na Capela Real em Lisboa. O habilidoso inaciano associava o santo padroeiro da Índia às proezas lusitanas do século anterior e protestava veementemente pelo estado de abandono em que se

encontravam as conquistas do reino. Guerreiro se serviu habilmente dos poderosos recursos da oratória fazendo o santo falar por sua boca aos seus próprios ouvintes. Disse S. Tomé à corte de Lisboa:

E que viva eu hoje vendo senhoras de todos estes meus mares as bandeiras de Mauricio de Nassau herege, apostata maldito, & filho do outro, em lugar das Chagas do Redemptor, & das armas dos netos del Rey D. Manoel, meu senhor, que tanto me honrou com ellas.<sup>8</sup>

Para o jesuíta, o problema não se limitava ao assédio herético às conquistas da “verdadeira religião”. A decadência em que caíram estes domínios do Oriente devia-se à cobiça dos Vice-Reis, dos capitães e dos comerciantes mais preocupados em colher riquezas que em protegê-los. O tema abordado por Guerreiro que mais interessa no presente é o descaso da Monarquia com os domínios de Portugal e os excessos dos ministros na tributação.<sup>9</sup> O abandono do reino é expresso no tema recorrente da ausência da Corte Real de Lisboa. Diz o padre, apelando a S. Tomé: “Não vos posso negar a dívida ...rezam de sentimento, & dor de nam achardes em Lisboa aquelles passados Reys que vos fizeram poderoso, a vós, & vos ricos a elles”<sup>10</sup>. O sermão carrega um inegável sentido de protesto. Entre relatos variados dos desacerdos dos ministros castelhanos, Guerreiro lembrou ainda a “doçura” de D. João II para com seus vassallos e o quanto disso o monarca se valeu em seus conflitos com Castela.

O protesto oratório deste religioso não foi feito isolado num reino melancólico e entristecido pelas agruras de um presente menos luzido que o passado. De fato, como assinalou João Francisco Marques em seus estudos sobre a parenética portuguesa do século XVII, o púlpito fora importantíssimo meio de protesto e de “agitação política” contra a degradação de Portugal sob o domínio filipino, e particularmente contra o “abandono” das conquistas ultramarinas nas décadas de 1620-40.<sup>11</sup> E, neste espaço privilegiado e protegido, jesuítas, dominicanos e diversos outros religiosos exerceram sua liberdade de crítica. Marques lembra que Gregório Taveira pregara em termos muito assemelhados a Guerreiro no mesmo ano de 1623. Também Antônio de Oliveira ressaltou o papel do púlpito na oposição política portuguesa durante o domínio castelhano.<sup>12</sup> Estes protestos oratórios exprimiam vivos descontentamentos com reais perdas portuguesas no Oriente. Em

meados de 1622 – cerca de um ano antes do sermão do padre Guerreiro – Macau havia sido assediada pelos holandeses da Companhia do Oriente e Ormutz caíra nas mãos dos ingleses e de seus aliados persas. Como sabemos, o predomínio português naquela região do mundo vai sendo obrigado a ceder espaço físico e comércio a seus concorrentes ocidentais até meados do século XVII. No começo da década de 1620, os lusos tinham mais a chorar além do desaparecimento de seu rei.<sup>13</sup>

Segundo atesta um importante memorialista, a notícia da perda de Salvador chegou a Lisboa em julho de 1624 e causou grande impacto. Rapidamente, o governo de Portugal organizou coleta de fundos, recrutamento e armamento de uma frota para a retomada da cidade. Ao que diz o cronista, o esforço do reino contou com sólida colaboração dos três estados. A câmara de Lisboa forneceu quase a metade do arrecadado; o Duque de Bragança, quase um décimo; o arcebispo de Braga, cerca de cinco por cento. No que diz respeito ao engajamento, o memorialista registra do seguinte modo o empenho dos portugueses:

Aos 22 doutubro da dita era se mandou botar pregão que todo omiziado de qualquer calidade que fosse que quisesse ir narmada se viesse asentar: vierão muitos mas acodio tanta gente que se tornou a mandar que os homiziados se fossem embora para donde andavão.<sup>14</sup>

A armada portuguesa saiu de Lisboa em 22 de novembro carregando diversos dos mais graduados fidalgos de espada e de vela. O plano da viagem previa uma espera em Cabo Verde até a chegada da armada de Castela, trazendo o comandante-mor da operação, D. Fadrique de Toledo Osório.<sup>15</sup> Entre os clérigos embarcados estavam o padre Bartolomeu Guerreiro e o padre Antônio de Sousa, ambos da Companhia de Jesus. Este segundo jesuíta, conforme nos assegura João Francisco Marques, foi o autor da tragicomédia encenada no Colégio de Santo Antão, em Lisboa, diante de D. Felipe III e da Corte, quando de sua visita à capital lusa em 1619.<sup>16</sup>

O cronista também conta que as primeiras novas da batalha de Salvador chegaram a Portugal em 23 de junho de 1625 e as informações da retomada da cidade vieram duas semanas após, em 6 de julho.

Nos meses que se seguiram, a península comemorou o feito bélico com as formas de expressão de contentamento mais vigorosas daquele tem-

po: festas, procissões, luminárias, missas etc. Junto com as primeiras notícias também vieram as relações de guerra, as cartas oficiais e, depois, os homens que participaram dos combates. No segundo semestre de 1625, parte desse material foi impresso e vendido pelas ruas de Lisboa, Madri, Sevilha, Cádiz. A Corte festejou intensamente, afinal, não se tratava apenas da retomada de um porto importante para a economia do Império. Conforme já foi dito, a restauração da Bahia reafirmava o enorme poderio da Monarquia, num momento em que as forças católicas retomavam terreno perdido aos protestantes nos primeiros tempos da Guerra dos Trinta Anos. Além destas comemorações, Madri, a capital, contou ainda com duas peças de teatro: uma, do renomado Lope de Vega, castelhano, e outra de João Antônio Correia,<sup>17</sup> português.

Contudo, o feito e o desfeito não interessavam apenas aos peninsulares. Também entre os inimigos da Monarquia Católica a proeza foi relatada e divulgada em textos impressos, particularmente nos Países Baixos, por razões óbvias. Talvez a relação mais conhecida entre nós seja aquela de Johann Gregor Aldenburgk (soldado engajado nas tropas que ocuparam Salvador), traduzida ao português havia uns quarenta anos<sup>18</sup>. Embora trate de um feito de guerra, esta relação busca aproximar o sucesso dos relatos de viajantes ao Novo Mundo de finais do século XV e do início do XVII, descrevendo peixes, frutos, tubérculos e ressaltando a antropofagia dos índios e sua ação selvagem nos combates. O texto é muito detalhado e se revelou bastante útil na exposição do problema que interessa ao presente trabalho.

Entre essas relações publicadas nos Países Baixos, e com interesse adicional por se tratar de relato dirigido ao público da Inglaterra, em 1626 apareceu em Roterdam a *Plaine and True Relation*, de autor inglês que teria feito parte das tropas a serviço dos holandeses,<sup>19</sup> texto curioso que denuncia os erros dos oficiais e critica seu comportamento durante a ocupação (bebiam e desfrutavam das prostitutas de Salvador). Nesta publicação, o problema das tensões que opunham portugueses e castelhanos aparece logo no início com a expressiva passagem: “*The people that are the naturall inhabitants thereof are the Brasillians, they which are now the chiefest are the Portugals. The Spanish King clames souveraigne, though by some denyed, and by the rest unwillingly accepted of*.”<sup>20</sup> De certa forma, a relação reproduzia um modo de ver comum à diplomacia das monarquias rivais à Espanha havia muito.<sup>21</sup>

\*\*\*

As relações do grande feito, publicadas na península, são numerosas. Encontram-se relatos brevíssimos, escritos por soldados, composições mais detalhadas e até mesmo volumes relativamente longos sobre a empreitada. Entre estes últimos, conta-se o conhecido livro do padre Bartolomeu Guerreiro, de quem já se tratou mais acima: *Jornada dos Vassalos da Coroa de Portugal*.<sup>22</sup> Ainda no prólogo, quando o livro vem sendo apresentado e justificado, o jesuíta afirma querer contar o que “na verdade passou na Bahia pela coroa de Portugal”, pois foram “sucessos muito dignos de memória”.<sup>23</sup> Essa preocupação em estabelecer a verdade é expressiva de um modo um tanto convencional de apresentar as motivações que animam os cronistas de praticamente todas as épocas, contudo, há que se levar em conta as circunstâncias em que ela se expressa. Dado o forte engajamento de Guerreiro na crítica ao abandono do Ultramar, assinalada mais acima, e lembrada também sua proximidade à casa de Bragança,<sup>24</sup> não se pode deixar de considerar que talvez a preocupação com a verdade dissimule um conflito ou uma condenação efetiva a outras relações em circulação no período, afinal, não faz muito sentido pensar em estabelecer a verdade sem que a falsidade esteja de algum modo presente.

Conforme Stuart Schwartz intuiu, o próprio uso do termo “vassalo” é significativo.<sup>25</sup> Na realidade, essa palavra não se sobrepunha a “súdito” – que viria a substituí-la no uso corrente. “Vassalo” remete o leitor a uma faixa estreita dos “súditos”, a nobreza, e ainda carrega um apelo com um ligeiro tom arcaico, ao menos aos olhos do presente. É certo que essa tonalidade não teria, em 1625, o mesmo impacto que possui atualmente, mas sem dúvida ela remete o leitor à nobreza, mais que a qualquer outro segmento da sociedade. E foi disso mesmo que Guerreiro tratou na sua *Jornada*; lá estão indicados os esforços de inúmeras casas nobres, nomeados diversos fidalgos de alta titulação, muito mais do que qualquer outro agrupamento social. A participação de gente das cidades – mercadores, financistas, corporações – ou de religiosos regulares é reduzida na narrativa, embora as contribuições financeiras do Conselho de Lisboa tenham sido destacadas e o nome de alguns grandes comerciantes também. Guerreiro parece querer mostrar que os três estados envidaram esforços para a empreitada, embora a jornada efetiva fosse realizada pelos fidalgos, afinal, a guerra sempre foi assunto próprio desse grupo.

Chama a atenção nesse texto o fato de se tratar apenas de uma crônica das forças portuguesas enviadas à Bahia para recuperar Salvador, coisa identificada até mesmo pelo título da publicação, mas a expedição, no conjunto de sua organização, buscou refletir o que de mais sólido possuía a Monarquia Católica naquele momento: tropas de Portugal, de Nápoles e da “Espanha” sob o comando de um dos mais renomados chefes militares da época, D. Fadrique de Toledo.

Uma substantiva carga simbólica pesava sobre esse arranjo, quase que uma alegoria dos domínios da Monarquia. Pode-se dizer que simplesmente não houve nenhuma expedição portuguesa à Bahia, apesar de ainda encontrarmos esse tipo de referência em manuais relativamente recentes.<sup>26</sup> O padre Guerreiro tinha clara essa evidência e, ao escrever apenas sobre os portugueses, justificou-se do seguinte modo:

De sorte que tudo o que nesta relação se vir disposto em distinção, e capítulos, he tirado com muy ex acto, e rigoroso cuidado, e juízo, de verdadeiros, e autênticos papeis das secretarias reais da Coroa de Portugal. Que foi a causa porque esta relação se não estendeo ao que da Coroa de Castella entrou na empreza; que ainda que foy muyto no gasto de tão grande armada, no numero de capitães, e soldados de varias naçoens, e Reynos de sua Magestade, que nella forão: no valor, e prudência do general, faltarãome as particulares noticias, e relaçoens, sem que não pode aver historia verdadeira”.<sup>27</sup>

Fixar a verdade de modo claro não foi preocupação exclusiva deste jesuíta. Também o cronista de D. Felipe, Tomás Tamayo de Vargas, na sua história (*Restauracion dela Ciudad Del Salvador, I Baia de Todos – Sanctos*), encomendada pelo próprio rei, reclama o estabelecimento da verdade. Anteposto a seu texto, Tamayo apresenta uma dedicatória em que explica sua obra. O cronista não deixa de aproveitar o fato de haver composto sua história por força de encomenda real, reforçando sua versão dos fatos pelo acesso a documentos dos conselhos de Estado e da Guerra:

que en el sagrado de las secretarias de aquellos consejos en las coronas de Castilla i Portugal solo estan patentes, a quien escribe por orden de su Rei, i cuja fê no puede padecer nota de sospecha, aun com los mismos emulos de sus glorias.<sup>28</sup>

Tendo publicado seu relato mais de três anos depois dos acontecimentos, Tamayo buscou explorar o que sobre o grande feito se havia escrito anteriormente. Ele afirma ter se baseado em três relações mais detalhadas, entre elas a do padre Guerreiro, sem perder a ocasião de comentar que o texto do jesuíta “solamente trata de lo que a Portugal se debio en esta empresa, com algumas particularidades dignas de su diligencia”.<sup>29</sup> As particularidades dignas da diligência do jesuíta português provavelmente são os elementos da *Jornada dos Vassalos*, e ainda de outros relatos contemporâneos, que se contrapõem às narrativas castelhanas, em geral, e àquela sua maior síntese – o livro de Tamayo de Vargas. A crítica dissimulada ao escrito de Guerreiro vem à tona no fechamento da dedicatória:

... no admite la historia à las singularidades qui aqui se dilatan, confiessolo; pero esta es mas relacion historial de un sucesso particular, que historia perfecta, en cuio decoro no caben tales menudencias; aquí son forçosas. Ninguna he dexado por negligencia, o malicia. En todas han estado lexos de mi animo el odio i la afficion, siendo solo mi cuidado la verdad de las acciones de cada uno, sin distincion de naciones. [...] esta vencedora nacion [Castela] solamente jacta por suias las que conservan en las memorias de los doctos que las aciertan, i de los nobles que las califican; lo demas es passatienpo de gente ociosa que se dissimula porque no se puede remediar.<sup>30</sup>

Parece não ser excessivo identificar nesta passagem uma condenação ao escrito do jesuíta português, seguida de uma séria reprimenda pela incapacidade de Guerreiro em fazer evoluir favoravelmente sua própria situação. Ele dissimularia o que não tem condições de consertar.

Na realidade, fixar a verdade também é preocupação de diversos outros escritos mais ou menos tardios sobre a perda e a retomada de Salvador. Aquele que é talvez o mais famoso dos autores desses escritos, o padre Antônio Vieira, deixou seu testemunho na carta ânua da Companhia de Jesus, enviada a Roma em 1626 e correspondendo aos dois anos anteriores. Vieira, então jovem e promissor jesuíta, participara dos acontecimentos primeiro como vítima da invasão herege e depois como observador privilegiado. O religioso e a maior parte dos seus pares estiveram na aldeia do Rio Vermelho, de onde se organizara a resistência dos moradores do Brasil.<sup>31</sup> Este jesuíta escrevera para “dizer também a certeza do que se passou na realidade,

para que a verdade tenha lugar e se não creiam algumas falsidades que do caso se contem”.<sup>32</sup>

Também para quem esteve em Salvador durante os acontecimentos de 1624-25, declarar a verdade é algo que só faz sentido para se opor a uma inverdade, uma falsidade, uma mentira que, por alguma razão, incomoda. Aquilo que estava incomodando Antônio Vieira, Bartolomeu Guerreiro e Tamayo de Vargas certamente não eram as mesmas coisas. Aliás, conforme espera-se ver confirmado nas páginas que seguem, o incômodo de um seria, antes de tudo, o escrito do outro, a “verdade” defendida pelo outro.

Essas “verdades”, que tanto incomodaram os mais importantes autores das crônicas, encontram-se principalmente nas descrições de momentos particulares do acontecido. Um exame detido de uma amostra suficientemente grande dos textos evidencia que desde as motivações dos invasores até a retirada da armada da cidade já recuperada, o desacordo quanto a alguns temas é bastante grande. Diante da pouca utilidade e da inconveniência de uma exposição exaustiva desses contrastes, será mais adequado restringir a análise a temas de maior poder de síntese, como o são a perda da cidade e a avaliação da ausência de resistência ao ataque holandês; a reunião e a viagem da armada até a Bahia; e finalmente a rendição dos invasores e a entrada na cidade das forças católicas. Ao examinar as diversas exposições desses elementos das narrativas, tem papel decisivo o tratamento dado aos circunstantes: portugueses da armada, portugueses da Bahia (ou luso-brasileiros), castelhanos, índios e negros e cristãos-novos.

\*\*\*

Pelo que contam todas as relações da guerra, a tomada de Salvador pelos holandeses foi operação fácil: a cidade foi ocupada pelos invasores sem maiores resistências. Porém, se há sólida concordância quanto a isto, existe grande diversidade quanto a outros elementos, francamente secundários, que evidenciam condenações maiores ou menores ao governo do Brasil, exercido sempre por gente portuguesa, conforme um item importante das cortes de Tomar.<sup>33</sup> Por exemplo, é comum entre os autores apontar a covardia dos portugueses da Bahia, que teriam entregue a cidade sem combate, desamparando aquilo que tinham a responsabilidade de defender, aban-

donando pertences e riquezas, fugindo aceleradamente tão logo a iminência do assalto ficaram patente.

Mas se a referência à imprevidência e incompetência do governador Diogo de Mendonça Furtado é assinalada pelo padre Guerreiro, por exemplo, lembrando também do medo que tomou conta dos moradores de Salvador, entre autores castelhanos o problema da tomada da cidade ganha outras proporções. Para estes, os temas passam muito além da incapacidade, eles são covardia e traição.

A idéia de que moradores da Bahia acolheriam a invasão com bons olhos foi argumento aventado pouco antes da investida, num escrito de propaganda da Companhia Holandesa, o livreto de Jan Andries Moerbeek, *Motivos porque a Companhia das Índias Ocidentais deve tentar tirar ao Rei de Espanha a terra do Brasil*.<sup>34</sup> Este texto foi lido na Península e referido por diversos cronistas da batalha de Salvador, tanto por escritores de Castela quanto por portugueses, embora os jesuítas Vieira e Guerreiro não o mencionem. Eugenio de Narbona y Zuñinga, por exemplo, refere-se explicitamente a um concerto de gente da cidade com os invasores:

... al amanecer entrò el enemigo sin resistencia, avisado, y llamado (según se dixo) de uno de los vecinos, que se acomodaron con la fortuna del vencedor; entraron en fin, y no hallando en la ciudad sino algunos negros, y portugueses, hebreos de nación, apostatas del Evangelio, que esperaban el suceso, y havian parte en el trato, con otros que de su nación fugitivos esperaban en Olanda...<sup>35</sup>

Quando se trata de traição, evoca-se com freqüência aqueles a quem o cristianismo já personificou, em diversos momentos, à própria traição: judeus, hebreus e cristãos-novos. A referência a esse grupo dentre os moradores de Salvador é bastante valorizada por escritores de Castela, embora não tanto entre os portugueses, sobretudo pelos cronistas da Companhia de Jesus.

O padre Guerreiro, sugerindo que uma hipotética traição de portugueses do Brasil não era necessária para facilitar a invasão, assinala que havia entre os inimigos ao menos dois holandeses que já estiveram presos no Brasil anos antes: um que fora aprisionado no Rio e fugiu da cadeia e o outro, “estando preso e condenado à morte, se sobreteve na execução por

ordem de Sua Magestade, em tempo do governador D. Luís de Sousa”<sup>36</sup>. Ou seja, havia quem conhecesse bem o lugar nas naus de Holanda.

Porém, a valorização do papel dos cristãos-novos pelos cronistas de Espanha e seu desprezo por parte dos escritores portugueses fica melhor exemplificada pela comparação entre as duas conhecidas peças de teatro compostas sobre o feito. Felix Lope de Vega, na sua comédia *El Brasil Restituido*, atribui imenso papel à suposta entrega de informações e colaboração dos cristão-novos de Salvador com os holandeses. A peça tem início com um diálogo entre D. Guiomar, cristã-nova, e D. Diego, fidalgo português. A passagem é curiosa, pois Diego está abandonando sua amante grávida (sem o saber) por conta de sua origem. A trama se desenvolve com referências explícitas à colaboração dos pais de Guiomar e seus próximos com os invasores. Esse personagem acaba por se casar com Leonardo, militar holandês intermediário na traição, que não sabia do estado de sua “noiva”, e termina entregue a Machado, o gracioso<sup>37</sup>. Por outro lado, João Antônio Correia, natural de Lisboa, na sua comédia *La Perdida y Restauracion de la Bahia de Todos los Santos*, sequer fala de cristãos-novos. Isso nem mesmo teve a honra de uma rápida menção.

Por outro lado, se existe um referente comum no que toca ao interesse holandês na ocupação de Salvador – tomar postos comerciais –, o peso desse argumento apresenta-se um tanto esmaecido no cronista de D. Felipe. De fato, Tamayo de Vargas é homem que vê os acontecimentos a partir da corte de Madri: ele não poderia deixar de iniciar sua história considerando o andamento dos conflitos entre os Estados europeus. Por este tempo, as forças católicas se encontravam em forte retomada territorial diante da aliança protestante no Leste do Velho Mundo. O registro da iniciativa da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais vem fortemente associado à evolução da guerra na Europa, contudo, os demais autores de relações da batalha de Salvador costumam circunscrever a ação holandesa aos marcos do interesse comercial, boa parte deles usando como referência o folheto de Moerbeek.

A discrepância entre as narrativas castelhanas e textos de portugueses também é significativa no que toca ao segundo problema assinalado mais acima: a partida das armadas em socorro à Bahia. Bartolomeu Guerreiro, o jesuíta português, indica que Felipe IV teria enviado comunicados aos go-

vernadores de Portugal pedindo para ultimar os preparativos da expedição até final de agosto de 1624; o monarca teria ainda avisado que a armada sairia de Lisboa. Mais tarde, em 27 de outubro, ele teria mandado a armada portuguesa reunir-se às demais em Cádiz. Por fim teria ordenado que a esquadra lusa deveria aguardar em Cabo Verde pela chegada dos navios de Castela. Todas as relações que tocaram no assunto são concordes em assegurar que os portugueses levantaram âncora de Lisboa em finais de novembro de 1624 e que os castelhanos, de Cádiz, em 14 de janeiro de 1625. Nenhuma das crônicas examinadas deixa de assinalar que os vassalos portugueses aguardaram por mais de quarenta dias a chegada da Almirante e dos demais componentes da expedição.

Manuel de Faria e Sousa, humanista e historiador do reino de Portugal, trata do problema no seu livro publicado em 1628, *Epítome de las Historias Portuguesas*. É importante reter que o autor esteve entre os entusiastas da União Ibérica, defendendo neste seu tratado o domínio filipino e os valores da nobreza lusitana mais tradicional, sempre responsabilizando o envolvimento comercial dos fidalgos pela decadência em que o reino caíra desde D. Manuel, o Venturoso<sup>38</sup>. Faria e Sousa expõe o episódio da partida e reunião das armadas do seguinte modo:

A um mismo tiempo se empezaron a aprestar, mas com desigual diligencia se aprestaron; la portuguesa aguardo um mês em el puerto de Lisboa por la Castellana, y saliendo em noviembre sin ella, aguardola em la islã de Santiago (principal de las de Cabo Verde) hasta el mês de febrero, em que se vieron juntas: tardança considerable, y que se hizo provechosa al enemigo: no fue sin causa la desigualdad porque el um apresto se hizo com amor, y com hazienda de vassallos, y el outro com hazienda Del Rey, y com tibieza de ministros.<sup>39</sup>

Para alguns escritores castelhanos, o retardo da armada real compensou-se numa mal dissimulada crítica à navegação da frota que partira de Lisboa. Juan de Valencia y Guzmán, por exemplo, trata do seguinte modo o naufrágio de uma embarcação portuguesa:

uma dellas [embarcações] se le perdio el galeon la concepcion em que hiba embarcado el maestro de campo Antônio Muñiz Bareto ahogaronse çiento y quarenta hombres (...) salbose la Artilleria y perdiose todo ho demas en que abia muchas cosas de balor...<sup>40</sup>

Reunidas as armadas, tomou-se o rumo do Brasil. A viagem, que nunca era tranqüila naqueles tempos, também se transformou em cenário de conflito entre as narrativas. D. Tamayo de Vargas não deixa de assinalar a pouca destreza dos portugueses na navegação em alto mar: repetem-se as ponderações de que a armada reunida avançava com galhardia “aunque los baxeles de Portugal parecian menos veleros por darse siempre atras”, ou de que o comando castelhano procurava “no perder la Armada de Portugal, que seguia con dificultad la de Castilla”. Associado a isso, não faltam considerações sobre a fidelidade lusitana, sobretudo no que diz respeito ao reconhecimento do comando e da superioridade castelhana. Valencia y Guzmán descreve do seguinte modo a reunião em Cabo-Verde da armada do Brasil, depois de registrar o desacerto da frota portuguesa:

... el regocijo y contento que hubo generalmente fue superior y extraordinario fue nuestra armada siguiendo su capitana general y entrando con el orden y concierto que se acostumbra abatieron la capitania y almiranta de Portugal sus estandartes en conocimiento de inferiores...<sup>41</sup>

Curiosamente, na maior parte das crônicas, os feitos dos luso-brasileiros entre a invasão e a chegada dos socorros quando são apresentados o são antes como vilezas do que como atos de guerra, ou de bravura. Uma proeza sem dúvida significativa, a morte do comandante inimigo, coisa que sempre foi considerada importante nas batalhas, é apresentada como feito desfavorável, por quase todos os escritores, expressivo mais da indignidade que das virtudes dos combatentes. A queda de Van Dort, o general holandês, por exemplo, é referida como evento sangüinário, injustificado e quase bárbaro por Narbona y Zuñiga:

... con gran presteza el Portugues le puso el pie sobre el pecho haviendole herido de una cuchillada y aunque el coronel le pedió que no le matasse diciendo que era el General no quiso perdonarle la vida, matole al fin y quitole la espada, y cortole un dedo en que se trahia una sortija para que fuesen testigos de la victoria, y los demas soldados triumpharon della, aunque sangrientamente, porque demas de despoxalle le cortaron partes de su cuerpo, cosa que los Holandeses tuvieron por denuestro afrentoso, y se quexaron dello con razon...<sup>42</sup>

Vieira, que descreve os acontecimentos a partir do Rio Vermelho, e que não cansa de dar relevo à ação de seus pares e dos indígenas que com eles combatiam, trata da morte de Van Dort em termos muito diferentes, afinal, nas condições em que se encontravam os portugueses da Bahia, não havia muito lugar para rituais de guerra e para privilégios de comandantes. Diz este jesuíta:

Repartidos os capitães e soldados pela dita ordem, o primeiro encontro, em que deram a conhecer sua apostada determinação ao inimigo, foi que, vindo do porto de S. Filipe, vizinho a Nossa Senhora do Monserrate, o seu coronel ou governador, homem intrépido e afamado em uma e outra guerra, naval e campal, assim em Flandres como nas armadas, acompanhado de cem soldados de guarda, rebentaram os nossos de uma emboscada contra eles, e um remeteu com o governador, que vinha a cavalo, e o derrubou. Tanto que este caiu, caiu com ele o ânimo aos pés dos soldados que o acompanhavam, como bem se viu no efeito, porque, faltando-lhe às mãos para resistirem, só nos pés lhe sobejou para fugirem.<sup>43</sup>

O comandante geral das forças portuguesas, D. Manuel de Menezes, em sua relação que não foi publicada, também se refere à morte do chefe inimigo. Para o comandante das forças portuguesas, o episódio ganhou o seguinte teor:

Sayo a 15 de junho o coronel João Doart a cavallo acompanhado de alguns soldados tocando trombetinha diante; acudio este capitão [Francisco de Padilha] com a gente de sua bandeira, e do primeiro arcabusaço matou o cavallo do coronel, e arremetendo sem escutar rasões, ou promesas lhe cortou a cabeça, e investindo a companhia os poz em fugida, e lhes foy no alcance hum gran pedaço.<sup>44</sup>

Na verdade, o juízo sobre o fato dos luso-brasileiros terem matado o comandante holandês é bom indicador dos valores dos envolvidos e do problema que se busca caracterizar desde o início deste texto. Guzmán, Tamayo, Menezes demonstraram, em graus diversos, espanto com a brutalidade do acontecimento, afinal tratava-se de um fidalgo e comandante das forças inimigas e não seria digno de sua condição matá-lo daquela maneira. Além disso, a forma com que os luso-brasileiros agiram colaborou com a

idéia de vileza atribuída a eles desde a exposição da perda da cidade para as forças inimigas. Por outro lado, seria perfeitamente esperável que Vieira expusesse o feito de outro modo, desalojado que foi do Colégio da Bahia, empurrado para a aldeia do Rio Vermelho e testemunha do estado em que ficaram os soteropolitanos e os do Brasil durante a invasão holandesa. Este jesuíta também dá destaque ao empenho dos luso-brasileiros de Pernambuco e do Rio de Janeiro em enviar reforços e comandantes militares para organizar e fortalecer a resistência, que acabou por se mostrar bastante eficaz.

Mas o fato de os invasores terem perdido seu comandante foi assinalado de modo muito diferente pelos que estavam ocupando a cidade. O anônimo autor da *Plaine and True Relation*, citada acima, trata da morte de Van Dort como algo que teve impacto decisivo no rumo dos acontecimentos. Ele identificara no desregramento dos oficiais a grande causa da perda, e a morte do comandante das operações não poderia ser tomada como fato menor, no que respeita a evolução da combatividade dos holandeses. Ele expôs o episódio nos seguintes termos:

The same morning the Colonell with some twelve horsemen went out of the Towne, with some twenty negars and a squadron of men, the Colonell riding before some twenty yeards in a narrow path, and woods on both sides, the portugals lying in ambush got about Colonell, a negar shot him in the brest, and the portugals puld him of his horse, who kild him and cut of his head and other parts, the most of the horsemen & souldiers retired to the towne, yet an english-man brought in his head, upon which there was a great alarme, but but nothing wort the writing.<sup>45</sup>

Aldenburgk fala em diversas passagens do medo que atingiu os ocupantes da cidade tão logo ficou claro que as expectativas alimentadas por Moerbeek não correspondiam aos fatos. Para este autor, a associação entre os portugueses da Bahia e os índios era coisa constante que influenciou decisivamente no desgaste das forças ocupantes. O general Van Dort, por exemplo, foi “surpreendido pelos índios selvagens, portugueses e pretos, e ferido, bem como seu cavalo, de muitas flechas ervadas”<sup>46</sup>, antes de ter sua cabeça cortada barbaramente.

Para este militar, os invasores estavam literalmente cercados, sofrendo com a falta de víveres, impossibilitados de tratar com os sitiantes e temero-

sos de suas pouco galantes formas de combate. Justificando com a barbaridade dos inimigos seus atos de guerra bem pouco aristocráticos, Aldenburgk sintetiza esta situação na seguinte passagem:

Uma vez que não se podia esperar clemência dos portugueses, brasilienses, ou negros, pegamos do resto considerável de prisioneiros que possuíamos, levamo-los para fora da cidade, colocamo-los amarrados uns aos outros, próximo à porta do capitão Isenach (S. Bento), junto ao convento, e ali os arcabuzamos.<sup>47</sup>

Aliás, a “indignidade” dos combatentes da terra, daqueles luso-brasileiros que resistiram a partir do Rio Vermelho, também é ressaltada em outro momento importante dos acontecimentos. Rendidos os holandeses, ocupada a cidade pelas forças católicas, reportam diversos cronistas que os portugueses desejavam reunir os prisioneiros em suas embarcações e incendiá-las. A idéia não foi acolhida por D. Fadrique, mas a sua presença nas narrativas castelhanas e nas crônicas dos invasores ressalta aos olhos dos leitores o barbarismo português, já apresentado na proximidade entre os lusos e os indígenas.

\*\*\*

As tensões indicadas até o momento entre as variadas interpretações do feito de Salvador ganham contornos bem mais nítidos quando as crônicas e relações referem-se aos momentos finais da empreitada. Para os cronistas de Castela, os rituais dos vencedores coroam as sugestões indicadas ao longo dos textos: os louros da vitória caberiam aos castelhanos vencedores. Os escritores de Portugal acusaram o golpe e, em seus textos, demonstraram claro descontentamento com relação ao rumo impresso aos acontecimentos, pelos castelhanos da armada e pelos escritores de Castela.

O cronista-mor, D. Tamayo de Vargas, refere-se à entrada católica na cidade com muita naturalidade, como se o fato de entrarem primeiro apenas soldados castelhanos fosse algo associado às funções exercidas por eles. Entraram aqueles que poderiam assegurar a segurança do lugar e controlar os bens da fazenda real associados à retomada de Salvador.<sup>48</sup> Se houve algum saque, e D. Tamayo o reconhece, foi apenas o resultado de uma perda de controle passageira e logo punida exemplarmente:

Algunos offiales i soldados de los reales, a quien la codicia avia sacado de sus puestos, tomando ocasion de los grandes aguazeros que sobrevenian, se aprovecharon de las casas que desamparaban los que se retiraban, tan sin orden, que aunque el maestro de campo general corria la ciudad para su remedio, quedo poca gente con las banderas, cebandose los mas en el saco de algunas casas, en particular en las que entendieron que avia mercancías... remediose con la venida presta del general, que mando que pena de la vida todos los soldados se retirassen a sus bandieras...<sup>49</sup>

Embora a condição de cronista de D. Felipe colocasse D. Tamayo em posição de autoridade sobre a matéria, a expectativa entre os soldados de saquear a cidade se apresentava desde o desembarque na Bahia. Conforme um depoimento de soldado português, publicado apenas uma semana após a chegada em Lisboa das notícias da retomada de Salvador, os homens da armada sabiam que os holandeses não haviam despachado as riquezas obtidas na invasão; e isso os excitava: “& assi dizem que tem aqui tudo, do que não folgarão pouco os soldados pera dia do saco”<sup>50</sup>. Mesmo que fosse intenção do comando militar castelhano evitar os excessos da tropa sobre os bens locais, os relatos coincidem sobre o fato de cidade ter sido efetivamente saqueada. Mas os cronistas de Castela parecem evitar chamar a atenção sobre isso, e os de Portugal parecem andar na direção oposta.

O padre Guerreiro, narrando a entrada das forças católicas em Salvador, demonstra um profundo mal-estar com o fato de a cidade ter sido ocupada em primeiro lugar exclusivamente por fidalgos de Castela, sem a participação de oficiais portugueses,<sup>51</sup> afinal, a precedência neste gênero de coisa, para essa gente, não era algo do que se podia abrir mão com facilidade. Os motivos de queixa não se encontram apenas neste tema; aos olhos de Guerreiro, o problema se estende aos afazeres dos soldados católicos na cidade luso-brasileira devolvida pelos invasores às forças de D. Felipe, rei de Portugal:

Não fique por dizer neste lugar, pois he tanto seu quem no trabalho, & perigo do cerco da Bahya, & nos mais perigos tiverão os portugueses a vanguarda, & a retaguarda, & guarda das portas na entrada da cidade. E se esta confiança dos capitães da coroa de Castela, foy fundada em desejo de proveito, rezão era que se alcançasse este, a quem tanto alcançou o trabalho. Mas o certo foi que a milícia portuguesa, se não deu por acha-

da de outros interesses, mais que a serviço de sua Majestade, honra e reputação da Coroa de Portugal.<sup>52</sup>

Tendo recuperado a cidade aos domínios do rei, os heróis do feito não deixaram de tratar Salvador como posto de saque, como sítio inimigo. A queixa de Guerreiro, neste particular, não prezou o fato de se tratar da “cabeça” dos domínios da coroa de Portugal no Novo Mundo. Nem mesmo chamou a atenção do jesuíta as evidências de que os soldados saquearam os pertences dos luso-brasileiros que já haviam sido pegos pelos “heréticos”. O problema que lhe interessava se restringia exclusivamente à tensão peninsular: “os despojos que vieram a dois portugueses, foi a um, um quadro de Nossa Senhora, a outro uma sela holandesa, em contraste com abundantes despojos atribuídos aos espanhóis”<sup>53</sup>. O quadro da Virgem certamente não fora trazido de Amsterdam, terra de calvinistas...

D. Manuel de Menezes, preocupado que estava com o rebaixamento dos fidalgos portugueses, apresenta a retomada da cidade com conotações bastante próprias. Também para ele, o saque (ou o re-saque) da cidade não representava em si mesmo nenhum problema; a questão estava no lugar reservado aos portugueses na aventura, “se assertava hum soldado portuguez tomar hum ferro velho, ou outra coisa vil logo lhe era arrebatada, e as vezes com soberba”<sup>54</sup>. D. Manuel sintetiza suas queixas quanto ao lugar dos soldados lusitanos no simbolismo da bandeira alçada na cidade depois de arriado o estandarte holandês:

Quinta feira primeiro de maio as dez da manhã tirada a bandeira de Maurício se plantou em seu lugar sobre a see a das armas reais de S. M. com castellos e leões. Matéria de notáveis descontentamentos entre os portuguezes, chamando aquillo, se foi enavertencia, odio nos castelhanos a nação portugueza que em tudo se mostrava, e nunca em tão pública aparência.<sup>55</sup>

Ainda que D. Fadrique, comandante geral das operações, tivesse remediado o mal-estar português ao levantar outra bandeira ao lado da real de Castela, D. Manuel não se satisfaz. Disse ele em sua crônica, com um indisfarçável descontentamento:

A queixa das armas acudia em parte D. Fadrique mandando pintar huma bandeira ordinaria as armas de Portugal no lugar acostumado, e não

havia satisfazer aos mal contentes; porque passado o primeiro impeto sendo admetidas algumas companhias italianas e portuguezas tomando toda a queixa a sua conta, como soem acontecer nos iguais de fortuna inferior, diziam que bem viam qual era a intenção de enriquecer a huns, impedir o proveito aos outros pois já naquele dia não avia cousa de sustancia, ou se alguma measse, tão escondida, que os da vanguardia na pilhage curiosos no revolver o não achariam.<sup>56</sup>

Antônio Vieira, parecendo não reconhecer os problemas indicados por seu confrade ou mesmo aqueles explicitados pelo comandante da armada de Portugal, apresenta do seguinte modo a entrada das forças católicas em Salvador: “Determinadas as coisas nesta forma, dia de S. Filipe e Sant´Iago, que foi o primeiro de maio de 1625, entraram os nossos a tomar posse da cidade, e, abatida a bandeira holandesa, se arvorou a de Portugal e Castela”.<sup>57</sup>

Manuel de Faria e Sousa, o historiador do reino de Portugal, referiu-se ao saque da cidade em termos mais alarmados que os cronistas anteriores. Para ele: “*hallose dentro um despojo grande, sobre el qual huvo soldados españoles que parecieron olandeses: la ciudad em ser saqueada no hallo outra diferencia sino que lo fue de aquellos, y no destos*”.<sup>58</sup>

Por outro lado, os homens que participaram dos acontecimentos no interior das linhas holandesas pouco se importaram com bandeiras sobre a Sé ou com a nação dos primeiros a entrar na cidade recuperada, contudo, eles registraram de modo particularmente interessante a entrada das forças católicas na cidade e o problema da pilhagem castelhana sobre os bens locais. Tanto Aldenburgk quanto o autor anônimo da relação inglesa registraram, em termos bastante semelhantes, a revenda aos moradores de Salvador de suas próprias casas recuperadas pelas forças católicas. Mais que isso, eles registram o saque da cidade:

But let mee note one thing here which is worth the observation, concerning the Portugals. The prince Don Frederico a little before his goeing away sold to the portugals their houses, which before were their owne, and at his goeing away did not onely take away all goods till it came to old stooles and dores, but also striipt then naked of all armes and munition, and did take away all their ordnance that was planted to sea or land-ward. So that the towne in now more weake then it was when the hollander tooke it in. More may be said of this but I will not.<sup>59</sup>

A considerar o que afirmaram estes dois soldados de Holanda, a vitória da expedição católica contra os heréticos foi também uma vitória sobre os portugueses! Principalmente sobre os portugueses do Brasil!

\*\*\*

Conforme ficou exposto no início deste trabalho, ao disputar pela verdade, os cronistas disputavam bem mais do que a espessura de uma fatia do mercado de livros. Tratou-se da supremacia de uma versão. O objeto da “guerra de tintas” que seguiu o feito bélico de Salvador foi o lugar da nobreza e da fidalguia de Portugal nos domínios da coroa, ocupada por cabeça castelhana; e isso era problema de primeira grandeza.

Seria certamente ingenuidade crer que, de algum modo, os escritores envolvidos anteciparam, nas letras, os sentimentos e interesses que moveram os atos perpetrados em primeiro de dezembro de 1640: a retomada da independência. A guerra de tintas não expressava um sentimento nacional adormecido ou esmagado; ao contrário, expressou um mal-estar de fidalgos, e tão somente dos membros da nobreza *latu sensu*. O objeto desse desconforto, conforme foi exposto mais acima, era o lugar ocupado pelos vassallos portugueses no exercício de seu “natural” e antigo papel na sociedade portuguesa: governar, defender o reino e suas conquistas. A significativa ausência de conteúdo “autonomista” pode ser ainda intuída do fato de que um dos registros mais significativos desse desacerto saiu da pena de escritor famoso e entusiasta do domínio filipino: Manuel de Faria e Sousa. Ainda mais, ao que se pôde constatar, o incômodo também foi recíproco: os *hidalgos* da armada não estiveram satisfeitos com seus pares lusitanos.

Após a Restauração, a batalha de Salvador perdeu importância e a guerra de tinta que lhe estava associada simplesmente acabou. O que não impediu uma manifestação, um tanto tardia, mas bastante curiosa de Diogo Gomes Carneiro, “brasiliense e natural do Rio de Janeiro”, interessado em conclamar a nobreza de Portugal à causa da independência. Este autor refere-se à bravura lusitana em defesa das conquistas do reino ainda sob o domínio castelhano, citando o feito da Bahia como exemplo significativo. Diz ele:

... quando na Bahia do Salvador metropoli do estado do Brazil, resistirão ao Holandes os portugueses, moradores, & filhos daquela dilatada

provincia, aonde com fineza ha tantos annos observão as leis da nova guerra que ensinarão ao mundo, em que reduzirão a temeridade a obrigações do valor.<sup>60</sup>

Por fim, cabe considerar que a tensão entre os escritores do feito de Salvador certamente não poderia passar notada apenas pelos seus próprios autores. Seria muito estranho supor que uma disputa dessa envergadura, envolvendo escritores ilustres de dois reinos governados pela mesma coroa, não fosse percebida. Pelo que foi exposto mais acima, pode-se imaginar que a “guerra de tintas” não apresentava aos olhos de seus leitores o caráter de uma disputa literária *strictu sensu*, estava diretamente em jogo a proeminência da fidalguia de Portugal. Não é difícil supor que uma controvérsia envolvendo o valor e as capacidades dos vassallos lusitanos de D. Felipe IV apresentava um potencial desagregador no que toca às pretensões unificadoras das armas ibéricas: se, no episódio de Salvador, boa parte dos cronistas expressaram um desacerto entre castelhanos e portugueses, o que não aconteceria numa ação conjunta das armas em qualquer outro ponto do dilatado Império, ou mesmo na Catalunha? O risco de arrefecimento dos ânimos da fidalguia portuguesa no exercício de suas funções tradicionais a serviço de seu rei poderia ser elevado.<sup>61</sup>

Ao que assegura o estudo de Stuart Schwartz, já citado algumas vezes no presente trabalho, o governo da Monarquia Católica percebeu o problema. Diante do andamento da guerra de tintas, o Conselho de Estado de D. Felipe IV não se furtou a tomar medidas voltadas à contenção dos ânimos: a multiplicação de relações, crônicas e histórias do feito de Salvador foi proibida.<sup>62</sup>

Conforme já foi lembrado no início do presente texto, o fato de Portugal se rebelar cerca de quinze anos após a batalha de Salvador permite pensar que os problemas descritos são reveladores de um quadro político que acabou por evoluir num sentido inesperado. Mas não deixa de ser expressivo de uma dinâmica da fidalguia nem sempre reconhecida e valorizada.

## Notas

<sup>1</sup> Os autores agradecem ao apoio fornecido pelo CNPq à realização deste trabalho.

<sup>2</sup> Pela quantidade de publicações já repertoriadas, em diversas ocasiões, é fácil verificar a extensão do problema. José Honório Rodrigues, no seu livro *Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil*, Rio de Janeiro: INL, 1949, p. 190-209, arrola mais de quarenta títulos de relações e de crônicas sobre a batalha de Salvador. É curioso lembrar que o metódico pesquisador tenha deixado de lado exatamente o texto do mais conhecido escritor da língua portuguesa do século XVII, o Padre Antônio Vieira.

<sup>3</sup> CRISTÓVÃO, Fernando. “A luta de libertação da Bahia em 1625 e a batalha dos seus textos narrativos e épicos”. *Quinto Império*, Salvador, v. 1, n. 16, 2002, p. 79-103. O trabalho busca integrar, com sucesso, contribuições extrapeninsulares à análise. Sua caracterização do conflito de textos contribuiu de forma singular para o presente estudo.

<sup>4</sup> SCHWARTZ, Stuart B. “The Voyage of the vassals: royal power, nobles obligations and merchant capital before the portuguese restoration of independence 1624-1640”. *The American Historical Review*, 96, 3, 1991, p. 735-62.

<sup>5</sup> A Catalunha rebelou-se em junho de 1640, seis meses antes do levante português de primeiro de dezembro. Nápoles revoltou-se em julho de 1647.

<sup>6</sup> As mais variadas manifestações escritas de descontentamento com relação ao domínio castelhano ficaram conhecidas com o curioso nome de “Literatura Autonomista”. Alguns estudos já antigos buscaram dar conta deste material, sendo o mais notável deles a obra CIDADE, Hernâni. *A Literatura Autonomista sob os Felipes*. Lisboa: Sá da Costa, sd.

<sup>7</sup> O texto de Acetto conheceu tradução brasileira recente pela editora Martins Fontes. O estudo mais importante sobre este tema é o trabalho VILLARI, Rosario, *Elogio della Dissimulazione, la lotta politica nel seicento*. Bari: Laterza, 1987.

<sup>8</sup> GUERREIRO, Bartolomeu. *Sermão que fez o Padre Bertolameu Guerreiro da Companhia de Jesus, na cidade de Lisboa na Capella Real, dia de São Thome, anno de 1623, cuja festa como de Padroeiro da Índia celebra, por ordem dos Reys o Tribunal daquelle Estado com ofertas publicas das drogas delle*. Lisboa: Pedro Craesbeeck, impressor del Rey, 1624, p. 7r. A última frase deste trecho citado não é destituída de significado político. Há uma ambigüidade expressa na referência aos descendentes de D. Manuel. Entre seus “netos” havia certamente Felipe II, mas também aqueles outros pretendentes à coroa de Portugal que perderam a disputa em 1580, entre eles D. Catarina de Bragança, avó de D. João, o monarca da Restauração do reino.

<sup>9</sup> “Mas neste favor com que os menores tem obrigação de acudir à necessidade do Rey, há de entrar a fidelidade dos ministros: a não tomarem mais dos vassallos, que pede a necessidade do Rey”. GUERREIRO, *Op. Cit.* p. 10v.

<sup>10</sup> *Idem*, p. 8v.

<sup>11</sup> MARQUES, João Francisco. *A Parenética Portuguesa e a Dominação Filipina*. Porto: INIC, 1986.

<sup>12</sup> OLIVEIRA, António de. *Poder e oposição política em Portugal no período Filipino (1580-1640)*. Lisboa: Difel, 1991;

\_\_\_\_\_. *Movimentos Sociais e Poder em Portugal no século XVII*. Coimbra: IHES/FL, 2002.

<sup>13</sup> Cfa esse respeito, o texto clássico BOXER, Charles R. *O Império Marítimo Português*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, especialmente p. 120-163.

<sup>14</sup> SOARES, Pero Roiz. *Memorial*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1953, p. 466.

<sup>15</sup> *Idem*, p. 465-75.

<sup>16</sup> Note-se que a peça do padre Antônio de Sousa, encenada nesta ocasião, versava sobre as conquistas de Portugal no Oriente e exaltava D. Manuel I e os grandes portugueses do século XVI ligados a esta proeza. Cf. MIMOSO, João Sardinha SJ. *Relacion de la Real Tragicomédia com que los padres de la Compañia de Jesus em su Colégio de S. Anton de Lisboa recibieron a la Magetad Católica de Felipe II de Portugal*. Lisboa: Jorge Rodriguez, 1620.

<sup>17</sup> LISBOA, J. Carlos. *Uma peça desconhecida sobre os holandeses na Bahia*. Rio de Janeiro: INL, 1961. A peça foi editada no século XVII, no volume: *Comedias Novas e Escogidas*, vol. XXXIII. Madri, 1670, p. 201-33. *El Brasil Restituido* de Lope de Vega foi editada diversas vezes em coletâneas do teatro espanhol. A licença de encenação foi emitida em 29 de outubro de 1625, conforme pode ser visto no estudo BARREIRO, José Maria Viqueira. *El lusitanismo de Lope de Vega y su Comedia "El Brasil Restituido"*. Coimbra: FLUC/Coimbra Editora, 1950, p. 217-8.

<sup>18</sup> ALDENBURGK, Johann Gregor. *Relação da Conquista e perda da cidade do Salvador pelos holandeses em 1624-5*. São Paulo: *Revista dos Tribunais*, 1961.

<sup>19</sup> *A plaine and true relation of the going forth of a Holland fleete the eleventh of november 1623, to the coast of Brasil with the taking of Salvador, and the chief occurrences falling out there, in the time of the hollanders continuance therein. As also the coming of the saphnish armado to Salvadoe, with the beleaguering of it, the accedints falling in the towne the time of beleaguering...* Rotterdam, 1626.

<sup>20</sup> *A plaine and true relation*, cit. p. 3.

<sup>21</sup> Poucos anos antes dos acontecimentos de Salvador, um impresso circulou em Paris dando novas da passagem de Felipe III por Lisboa, do juramento das cortes a seu sucessor e da atitude dissimulada dos lusitanos com relação aos seus verdadeiros sentimentos para com o seu rei castelhano. Cf. *Le serment de fidelité faict au prince d'Espagne, à l'ouverture des Etats du Royaume de Portugal*. Paris: Nicolas Alexandre, 1619, p. 7.

<sup>22</sup> GUERREIRO, Bartolomeu SJ. *Jornada dos vassallos da coroa de Portugal, pera se recuperar a Cidade do Salvador, na Bahia de todos os Santos, tomada pollos Olandezes, a oito de mayo de 1624, & recuperada ao primeiro de mayo de 1625. Feita pollo padre Bertolameu Guerreiro da Companhia de Jesus*. Lisboa: Mattheus Pinheiro, 1625. O jesuíta, que esteve embarcado na frota portuguesa, tinha seu volume pronto em outubro desse mesmo ano, conforme atestam as primeiras licenças para publicação, datadas de 7 de novembro.

<sup>23</sup> *Idem*, páginas não numeradas.

<sup>24</sup> Guerreiro viveu sete anos na corte dos Duques de Bragança, foi confessor de D. Theodósio e pregou nas exéquias celebradas em 1630 em sua memória. O sermão foi publicado dois anos

depois: cf. GUERREIRO, Bartolomeu. *Sermam que fez o R. P. Bertolameu Guerreiro da Companhia de Jesus nas exequias do anno que se fizerão ao serenissimo Principe D. Theodosio segundo Duque de Bragança em Villaviçosa na Igreja dos religiosos de S. Paulo primeiro hermitão onde o dito senhor está depositado em 29 de novembro de 1630*. Lisboa: Mathias Rodrigues, 1632. O sermão faz um elogio exaltado da Casa de Bragança declarando em uma passagem o seu expressivo posto no reino: “Tres grandezas tem o Reyno de Portugal, com ser tão pequeno, & limitado pera quem fora pequena a Monarchia Romana. Primeira a famosa cidade de Lisboa, cabeça do Reyno enchendo todas as partes do mundo com a opulencia de seus comercios, como se fora senhora do Oceano, como em outros tempos foy [...] A segunda, as conquistas do Reyno. Senhoreando a monarchia portuguesa os berços donde o sol nos nasce, & as sepulturas onde se nos esconde: dando principio ao seu senhorio, onde a Monarchia Romana pos fim a seu imperio [...] A terceira, a magnificencia real da casa de Bragança, que a pos os Reys se segue, & declara por tenção sua Depois de vos, nos” 26v-27r.

<sup>25</sup> Cf. SCHWARTZ *Cit.* p. 744-5.

<sup>26</sup> Joaquim Veríssimo Serrão, por exemplo, tratando das expedições holandesas sobre as conquistas de Portugal, refere-se à perda e recuperação da Bahia nos seguintes termos: “Um ataque de surpresa, em 1624, levou à conquista de Salvador, notícia que ao chegar ao Reino causou a maior emoção. No ano seguinte, uma frota enviada de Lisboa pôde reconquistar a capital do Brasil”. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O tempo dos filipes em Portugal e no Brasil (1580-1668)*. Lisboa: Colibri, 1994. Este texto foi publicado em 1982, num extenso manual de História de Portugal.

<sup>27</sup> GUERREIRO, Bartolomeu. *Jornada dos Vassalos*, *Cit.* p. não numerada.

<sup>28</sup> VARGAS, Tomás Tamayo de. *Restauracion d la ciudad Del Salvador, I Baía de Todos-Santos, em la provincia del Brasil por las armas de Dom Philippe IV, el grande, Rei Catholico de las Espanas, Índias etc.* Madri: viúva de Alonso Martin, 1628, p. não numerada. Este livro foi traduzido ao português e dedicado a D. Pedro II por Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva em 1847.

<sup>29</sup> *Ibidem*, p. não numerada.

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. não numerada.

<sup>31</sup> A carta não saiu impressa na época. VIEIRA, Antônio. *Cartas* Lisboa: Imprensa Nacional, 1997, vol. I, p. 3-70.

<sup>32</sup> VIEIRA, *Op. Cit.* p. 11.

<sup>33</sup> Felipe II, após a invasão de Portugal pelas forças castelhanas, fez reunir as cortes do reino em 1580. Na ocasião fez-se o acordo que, entre diversos outros itens, estatuiu o princípio da nomeação de portugueses para as funções de governo no reino (exceção aberta apenas para o Vice-Rei, se membro da família real) e do ultramar.

<sup>34</sup> MOERBEECK, Jan Andries. *Redenen Wäeromme de West-Indisch Compagnie dient te trachten het Landt van Brasilia den Connick van Spangie te ontmachtigen en data ten eersten*. Amsterdam: Cornelius Lodewycksz, 1624. Há tradução brasileira publicada com o título: *Os holandeses no Brasil*. Rio de Janeiro, 1942.

<sup>35</sup> NARBONA Y ZUÑIGA, Eugenio de. “Historia de la Recuperacion del Brasil”. *Anais da Biblioteca Nacional*. Vol. 69, 1950, p. 170.

<sup>36</sup> GUERREIRO, p. 5.

<sup>37</sup> Dentre as inúmeras edições desse texto, destaca-se a já citada de José Maria Viqueira Barreiro. O original de Lope de Vega acompanhado de longa introdução e de comentários nem sempre dignos de consideração.

<sup>38</sup> Entre as causas do descuido de Diogo de Mendonça Furtado estaria o fato de “*los gobernadores del siglo antes pasan a ser mercadores que capitanes*”, FARIA E SOUSA, Manuel de. *Epitome de las Historias Portuguesas* Bruxelas: Foppens, 1677, p. 332.

<sup>39</sup> *Epitome*, p. 333.

<sup>40</sup> VALENCIA Y GUZMÁN, Juan de. *Compendio historial de la jornada del Brasil año 1625*. Recife: Pool, 1984, p.247.

<sup>41</sup> *Compendio*, p. 251.

<sup>42</sup> NARBONA Y ZUÑIGA, Eugenio de. *Historia*, p.191.

<sup>43</sup> VIEIRA, *Cartas*, p. 27.

<sup>44</sup> MENEZES, Manuel de. “Recuperação da cidade do Salvador”, *Revista do IHGB*, 1850, p. 400.

<sup>45</sup> *Plaine and True Relation*, p. 9.

<sup>46</sup> ALDENBURGK, Johann Gregor. *Relação da Conquista*, p. 178.

<sup>47</sup> ALDENBURGK. *Relação*, p. 187.

<sup>48</sup> “... se tomo possession de la ciudad en nombre de Don Philipe el Quarto Rei de las Espanas, entrando en ella el maestro de campo general, su teniente; i el maestro de campo Don Juan de Orellana con algunas compañías para su guarda; como para la prevencion de lo que conveniesse, assi en el modo de proceder de los soldados, como en el cobro de la hazienda real...” VARGAS, Tomas Tamayo de. *Recuperacion*, p. 134r-v.

<sup>49</sup> VARGAS. *Recuperacion*, p. 134v-5r.

<sup>50</sup> *Relaçam verdadeira de tudo o succedido na restauração da Bahia de todos os Santos desde o dia, em que partirão as armadas de sua Magestade, té o em que em a dita Cidade forão arvorados seus estandartes com grande gloria de Deos, exaltação do Rey, & Reyno, nome de seus vassallos, que nesta empresa se acharão, anihilação, & perda dos Olandezes ali domados. Mandada pellos officiaes de sua Magestade a estes Reynos* Porto: João Rodriguez, 1625, p. não numerada. A data da taxaço é 12 de julho de 1625 e, conforme assegurou Pero Róis Soares, a notícia do sucesso chegou a 6 de julho na capital. O documento foi reeditado depois em Lisboa. Mais recentemente o IHGB publicou a relação no volume 5 de sua revista.

<sup>51</sup> “Resolutas estas capitulações; deram os olandeses a entrada na cidade, foram os primeiros que entraram, o Marquês de Coprani e D. João de Orelhana, a quem não tocava a entrada, & tocava a Antônio Moniz Barreto, Mestre de Campo de um terço português”. GUERREIRO, *Jornada*, p. 58v.

<sup>52</sup> GUERREIRO. *Jornada*, p. 59r.

<sup>53</sup> GUERREIRO. p. 58/59.

<sup>54</sup> MENEZES. *Recuperação*, p. 592.

<sup>55</sup> MENEZES. *Recuperação*, p. 591.

<sup>56</sup> MENEZES. *Recuperação*, p. 592-3.

<sup>57</sup> VIEIRA. *Cartas*, p. 44.

<sup>58</sup> FARIA E SOUSA. *Epítome*, p. 335.

<sup>59</sup> *Plaine end True Relation*, p. 20. ALDENBURGK. *Relação*. “Igualmente, tiveram que os portugueses de resgatar de novo a cidade de S. Salvador e pagar dobrado tributo anual ao tesouro espanhol... Além do mais, tiveram os portugueses de resgatar os seus velhos canhões em poder dos espanhóis, que muito espoliaram a cidade, carregando os navios da frota com pau-brasil, fumo, açúcar, especiarias e tudo quanto puderam arrebancar de mesas, cadeiras, tapeçarias e móveis”, 218.

<sup>60</sup> CARNEIRO, Diogo Gomes. *Oração Apodixica aos scismaticos da patria*. Lisboa: Lourenço de Anvers, 1641, f. 8r.

<sup>61</sup> Sete anos após os acontecimentos de Salvador, João Pinto Ribeiro publicou um livreto cujo título já expunha a resistência à idéia do empenho dos fidalgos portugueses nas guerras da Monarquia: *Discurso sobre os fidalgos e soldados portugueses não militarem em conquistas alheias desta coroa*. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1632.

<sup>62</sup> “*The council of State acted to prevent the publication before Menezes could publish his. See Consulta, Council of State, April 1623 [sic], British Library, London, Egerton 324, fol. 18*”. SCHWARTZ. p. 740n.

## RESUMO

*A reconquista da cidade de Salvador pelas forças da Monarquia Católica em 1625 foi um grande feito bélico. A abundância de testemunhos, relatos e histórias da batalha são tantos elementos que certificam a importância do acontecido para seus contemporâneos. Um exame detido dessa literatura é capaz de mostrar uma oposição, ainda que dissimulada, entre fidalgos portugueses e castelhanos: eles disputavam a proeminência nos feitos bélicos e a honra do desempenho vitorioso. Festejada, narrada e comemorada, a Batalha da Bahia acabou por se transformar num acontecimento revelador de tensões entre fidalgos de Portugal e de Castela, que iria alimentar uma dissensão mais que secular e que viria a tomar corpo em dezembro de 1640.*

*Palavras-chave: salvador, século XVII, narrativas históricas.*

## ABSTRACT

*The reconquering of the city of Salvador by the Catholic Monarquic Forces was a belic enterprise of great impact. The abundance of narrations, stories and live accounts of the battle testify to its importance for their contemporaries. A detailed exam of this literature shows the opposition, even if veiled, between the "Fidalgos" from Portugal and from Castela: they both claimed proeminence of belic achievements and the merit of victorious deeds. The Battle of Bahia, narrated and celebrated to great extent, turned out to be revealing of the tensions between the "fidalgos" of Portugal and Castela, which in turn would give rise to a discution more than secular eventually embodying itself in December 1640.*

*Keywords: Salvador, XVII<sup>th</sup> Century, historical narratives.*

(recebido em julho de 2004 e aprovado em novembro do mesmo ano)